



Quem sabe faz ao vivo? Uma análise do recurso ao vivo no “Bom Dia RN” e seus entraves na assimilação e aproximação do público.¹

Ranniery Fonseca de SOUSA²
Kenia Beatriz Ferreira MAIA³
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN

RESUMO

Este trabalho pretende analisar a inserção do *ao vivo* no telejornal exibido de segunda à sexta-feira, na afiliada da TV Globo no Rio Grande do Norte, a InterTV Cabugi, atualmente exibido na faixa de horário entre 06h às 07:30h, o “Bom Dia RN”, e estabelecer os entraves diagnosticados em pesquisa realizada utilizando como recorte a semana de exibição do telejornal no ano de 2014. Pretende-se, então, perceber como o uso desse recurso pode afastar o telespectador do telejornal e do que é noticiado ali, usando como base os conceitos de “transmissão direta” de Fecine (2006), e da “imediatez como traço definidor da existência da televisão” de França (2006). A intenção é detectar aquilo que se pretende e se consegue atingir no *ao vivo* do BDRN e as falhas de construção de sentido no público a partir dos personagens envolvidos, dos locais retratados e do tempo em si em que estão no ar.

PALAVRAS-CHAVE: ao vivo; Bom Dia RN; telejornalismo.

INTRODUÇÃO

Começar a exibir mais uma edição de um jornal na televisão significa, ou deverá ser, para a equipe, tensão. Apresentador, editores, produtores, equipe técnica, cinegrafistas, operador de VTs, diretor de imagens, operador de áudio e outros profissionais da emissora têm que se concentrar para que tudo que já está planejado seja bem executado. Além disso, a pretensão dos jornalistas que estão ali colocando o jornal no ar, quase que utópica, seria conseguir passar durante aquele tempo de exibição, tudo o que há de informação sobre os últimos fatos que têm “poder” de virar notícia (PENA, 2005), tentando inserir, assim, e continuamente, mais do que está planejado para aquela transmissão.

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 02 a 04 de julho de 2015.

² Graduado no Curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da UFRN, email: rannierysousa@hotmail.com

³ Orientadora do Trabalho. Professora do curso de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia da UFRN, email: keniamaia@yahoo.com



Ora, o telejornalismo diário é apresentado no tempo “agora” (FECHINE, 2006), *ao vivo*, e o que acontece e é noticiado pela equipe chega aos telespectadores imediatamente. O suporte televisão possibilita isso, o que faz com que o telejornalismo tenha a obrigação de atualização, rapidez e de ser um retrato daquele instante noticiado.

Por outro lado, e sob as mais inúmeras justificativas, o telejornalismo passou por um processo histórico do que podemos chamar de diminuição do nível de tensão com o jornal no ar. Nos primórdios da televisão, o telejornal era transmitido completamente *ao vivo*, sem a inserção das reportagens gravadas, construídas graças ao surgimento do *video tape*, na década de 60 (TEMER, 2010). Ao longo do tempo, com as rotinas de produção facilitadas e com equipamentos cada vez com mais recursos e de uso mais portáteis como câmeras e computadores que gravam e editam o material telejornalístico rapidamente, as reportagens ganharam mais espaço no tempo em que o noticiário está indo ao ar na televisão. A equipe que trabalha no instante de tensão no qual o telejornal está sendo exibido consegue suavizar a sensação com longas reportagens gravadas, que pouco tem a representar no quesito imprevisibilidade e por consequência imediaticidade de informação (FRANÇA, 2006). Em outras palavras, a partir do momento em que se viram amparados tecnologicamente, os telejornais perderam um pouco dessa tensão e da tentativa de mostrar o “agora” dentro da edição presente.

Não está sendo contestado aqui o avanço do telejornalismo, que conseguiu firmar um conceito e formato bem delimitado e de sucesso entre o público. O que se pretende estabelecer é o processo de enfraquecimento do poder de imediaticidade do jornalismo na televisão, que vem sendo chacoalhado nos últimos anos com a chegada da internet e sua instataneidade no compartilhamento de informações.

Num processo de busca dentro da sua própria história, observamos que a televisão tem revisitado e aumentado o recurso do *ao vivo* nos telejornais, como saída para voltar a ser imediata e ágil no informar.

Da zona Sul da capital para a zona Norte. Por lá, o trânsito está ainda mais complicado depois que uma cratera se formou na Avenida João Medeiros Filho, na última sexta-feira. A repórter Camila Torres está *ao vivo* no Gancho de Igapó e mostra *pra* gente como é que *tá* o trânsito por lá nesse início da manhã. Bom dia, Camila, a gente já *tá* aqui vendo, na verdade, as imagens. (Apresentador do BDRN “chamando” uma repórter para uma entrada *ao vivo* na edição do dia 17.03.2014)

Percebe-se que o *ao vivo* está, no noticiário, como um adjetivo potencializador da informação que será mostrada a seguir. No momento em que caracteriza a modalidade da “entrada” da repórter como sendo *ao vivo*, o apresentador parece querer



dizer ao público: “Vamos te mostrar a realidade neste momento exato, na televisão”. A adjetivação continua na fala da repórter, que quer reforçar esse sentido, querendo dizer que não há separação entre o que é mostrado e o que é real:

Bom dia Murilo, bom dia a todos que nos acompanham. Eu falo *ao vivo* aqui do gancho de Igapó, na zona Norte de Natal. Um lugar onde o trânsito já é bem movimentado na cidade, mas que agora está ainda mais movimentado do que o normal (...). (Repórter do BDRN, no início de uma das entradas *ao vivo* da edição do dia 17.03.2014)

No jornal, a tensão está sempre retornando a cada entrada *ao vivo*, o que nos faz pensar em qual motivo está por trás da busca dessa sensação, tanto em quem faz o jornal quanto no público que conseqüentemente absorve essa tensão passada. Pretende-se além de analisar essa questão, estabelecer a relação entre a rotina de produção do telejornal com a grande quantidade do uso do recurso, já que não só a construção de sentido é levada em conta dentro das empresas de comunicação, mas sim o próprio aspecto empresarial e econômico das escolhas em uma redação.

No desenvolvimento da análise surgiram ainda pontos fundamentais para construir sentido no público no tempo em que o *ao vivo* está no ar. Os personagens, ou as fontes ouvidas sem edição, com falas sendo transmitidas de forma fluida foram estudadas como fator determinante naquilo que aproxima ou distancia o *ao vivo* da realidade. Além do local escolhido para servir como cenário ou pano de fundo nas entradas *ao vivo* do “Bom Dia RN”.

O distanciamento do público no espaço *ao vivo* do BDRN

Em um breve resgate histórico da participação popular nos espaços telejornalísticos brasileiros, dentro de uma pesquisa sobre os “modos de inserção da população na narrativa audiovisual”, Jhonatan Mata (2012) expõe que há algumas décadas – ao contrário do que se imagina e do que se tem como novo nas rotinas de produção - o lugar noticioso na televisão abre espaço para personagens comuns falarem. O autor refere-se à busca atual de ter nas reportagens, entrevistas e até mesmo no conteúdo dos jornais, o cidadão comum, o público do telejornal. Ele cita Guilherme Jorge Rezende em *60 anos de telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica* publicado em 2010, para mostrar que desde a década de 1970, a TV Cultura de São Paulo apostava nessa inserção popular com “A hora da notícia”. O posterior “enfraquecimento da censura, no início da década de 80 traz consigo o boom dos



programas de entrevista, tendo na ‘voz do povo’ (...) seu ponto de referência (MATA, 2012, p. 119).” Nos anos 1980, ele cita então os exemplos de “Canal Livre” e “Bastidores” da Tv Bandeirantes. Seguindo a tendência, os anos 1990 representaram o forte apelo popular no espaço telejornalístico brasileiro, com “O povo na TV” e “Aqui Agora”, ambos do SBT.

Chegamos aos dias atuais e as emissoras de televisão estão cada vez mais preocupadas em disponibilizar o espaço jornalístico para dar voz ao povo, numa tentativa clara de aproximar o conteúdo de quem assiste, já que com esse espaço, o povo pode se reconhecer e se sentir parte do processo noticioso. Um exemplo é a participação popular em quadros que chegam a dar ao telespectador o status de repórter/jornalista. A Rede Globo utiliza o seu portal de informações na internet, *G1.com*, para estimular o internauta a enviar material jornalístico que pode ser publicado no site ou utilizado na programação de TV da emissora. O “Vc no G1”⁴, seção do portal que abriga conteúdo do público, interpela o internauta da seguinte forma: “Você pode enviar textos, fotos e vídeos. Mande sua reportagem para o G1 e seja um jornalista cidadão”.

Além do conteúdo propriamente dito, outras mudanças na forma de escrever o texto televisivo e nos formatos dos telejornais (características técnicas) marcam a busca das emissoras em trazer quem assiste para perto.

Ademais da aproximação, essa tentativa é para que, segundo COUTINHO (2012), o público e o telejornal estabeleçam ou mantenham a relação de “pertencimento mútuo”.

Para garantir essa relação de pertencimento mútuo o telejornal se apresentaria na atualidade em nível de igualdade com o público, por quem desejaria ser aceito. Essas estratégias de aproximação se evidenciam também nas dimensões técnicas ou estéticas dos telejornais, em seus cenários, por exemplo. Índice desse momento seria a retirada da bancada como elemento cênico e estruturante da cena nos telejornais (COUTINHO, 2012, p. 35).

No “Bom Dia RN”, é perceptível a busca pela proximidade do público nessa esfera técnica, a partir de um cenário sem bancadas e na esfera de conteúdo, com o uso da linguagem mais coloquial e próxima do telespectador. Durante a análise, foi possível apreender a tentativa também de dar mais espaço ao público, ao cidadão, nas reportagens exibidas, com utilização do recurso conhecido como “povo-fala” em maior

⁴ Disponível em: <http://g1.globo.com/vc-no-g1/> Acessado em 13/04/2015



quantidade, instrumento também mais observado na busca de tornar o telejornal um instrumento de aproximação com o público.

Assim, é possível perceber nos últimos anos um maior investimento nas matérias televisivas quanto à utilização do povo-fala; o cidadão comum ganharia destaque na trama, ainda que em termos mais quantitativos, no que se refere à ampliação de seu tempo de fala/ edição, do que qualitativos (COUTINHO, 2012, p. 36).

Entretanto, foi possível observar, em oposição a esse fluxo de novas ferramentas para atrair o público no jornalismo de televisão, um distanciamento da participação do telespectador no espaço analisado neste trabalho: o *ao vivo* do BDRN. No *corpus* empírico, formado pelas edições do telejornal exibidas entre os dias 17 e 21 de março de 2014, foram ao todo 22 “transmissões diretas” (FECHINE, 2006) com a utilização de entrevistas, ou seja, fontes diretas de informação que podem falar ao telespectador, sem edições prévias e cortes editoriais. Dentre essas 22 entrevistas *ao vivo*, apenas uma contou com a participação efetiva do povo, sendo um casal de agricultores na ocasião da missa no dia de São José.

O repórter Carlos Adams entrou *ao vivo* na edição do dia 19 de Março de 2014, do município de Angicos, onde fica a igreja de São José de Angicos, santo padroeiro do município e dos agricultores, para mostrar as expectativas do homem do campo para as chuvas do ano de 2014. Inicialmente, ele aparece e inicia o assunto da reportagem gravada, fazendo uma introdução rápida sobre o assunto. Após a exibição do produto gravado, o repórter volta ao vivo e diz que vai conversar com um casal de agricultores que está na missa. É interessante notar o uso da linguagem completamente popularesca nos entrevistados, entendida por todas as outras classes sociais que assistem a entrevista. Para se fazer entender aos entrevistados, o repórter também é obrigado a mudar a forma de falar, usando expressões mais próximas do povo, como “barreiros” e não reservatórios de água, por exemplo.

Outra tentativa de aproximar o público do espaço *ao vivo* pôde ser observada na edição do dia 20 de março de 2014, quando, dentro do espaço de uma entrevista no estúdio com um advogado trabalhista, as pessoas nas ruas entravam em pequenas gravações para fazer perguntas sobre o tema ali tratado. Mesmo assim, não podemos considerar o “povo” no *ao vivo*, já que a população estava “presa” às gravações e as posteriores edições daquele material para aí sim, entrar no contexto maior do *ao vivo*.

As outras entradas *ao vivo* no BDRN no período analisado foram todas com as chamadas “fontes oficiais”: secretários do governo estadual ou municipal, chefes de fiscalização de órgãos públicos, ministros da república, comandantes da polícia, coordenadores de cursos ou de escolas e responsáveis pela organização de eventos noticiados. É perceptível, portanto, a utilização do espaço do *ao vivo* como algo formal, rígido, oficial, como a “última palavra” diante dos problemas sociais ou situações de decisão para a população.

Tal concepção do espaço *ao vivo* parece distanciar o público que assiste à televisão, já que eles podem não se considerar parte daquele lugar-realidade. Não há a identidade popular no recurso utilizado em quase metade do tempo em que o BDRN está no ar – tempo do *ao vivo* utiliza em média, 45% do espaço em que o telejornal está sendo exibido (número obtido através da média feita no recorte de tempo analisado).

Mata (2012), cita Alejandro Frigerio na discussão sobre a construção da identidade do público nos telejornais para defender que:

As rotinas de produção do jornalismo estariam, segundo o autor [Alejandro Frigerio], ofertando temas, eventos e personagens em condições desproporcionais. Sendo assim torna-se necessário questionar se a imagem de um problema ‘em pauta’, de um personagem ou colocação do mesmo em cena num telejornal e na sociedade se ajusta a sua verdadeira dimensão (...). É visível a justaposição de vidas e meios de vidas, na luta por uma redescoberta de identidades. Trata-se de algo que se reflete no telejornalismo e em sua audiência (ou na audiência que os jornalistas presumem). Isso é percebido ao observarmos a tradição da mídia de resgate de ordem, de desvelamento e demarcação dos problemas e ‘territórios’ urbanos, seguindo uma tendência nacional, tendo-se na ‘voz do povo’, a materialização das angústias cotidianas (MATA, 2012, p. 118).

Falta, ratificando a ideia de participação do povo no telejornal como recurso para aproximar o telespectador – e conseqüentemente a permanência e até ganhos de audiência – espaço no BDRN para que o povo exponha os problemas, as dúvidas e até opiniões sobre o assunto em pauta no *ao vivo*. Afinal de contas, se o *ao vivo* é o local em que o entrevistado consegue espaço sem edições, sem cortes, fluido como a realidade, que ele sirva para que o telespectador se reconheça e retrate o cotidiano e os fatos como eles de fato ocorrem.

Mesmo não sendo foco da análise deste trabalho, cabe citar outro equívoco ligado ao uso direcionado apenas nas fontes oficiais que vem sendo apontado nos últimos tempos tanto pela opinião pública do país, quanto analisado nas pesquisas de



estudos das mídias. Com a onda de protestos que tomou conta do país em 2013⁵, o surgimento da “mídia ninja” veio para que as grandes empresas de comunicação repensem o modo como lidam com as fontes, se não quiserem perder espaço para a internet e seu poder de recontar os fatos “à várias mãos”, com muitos usuários dando versões e confrontando as informações das fontes oficiais. É o que analisam Coutinho, Pereira Jr., e Porcello na apresentação do livro “Telejornalismo: nas ruas e nas telas”.

Com apenas uma câmera de telefone celular na mão, milhões de pessoas registravam tudo a todo momento. Mas para onde escoava esse rio de imagens e sons em movimento? Todos sabemos a resposta: tudo desaguava também para as telas da TV pelos caminhos do telejornalismo. Alvo de crítica, mas sobretudo de informação, os noticiários de televisão precisaram também re-inventar parte de suas rotinas durante as manifestações, como admitiu *ao vivo* o apresentador e editor-chefe do Jornal Nacional durante uma edição especial, veiculada em junho de 2013 (COUTINHO, PEREIRA JR., PORCELLO, 2013, p.16).

Portanto, o processo de reinventar o espaço telejornalístico para acompanhar as manifestações, e não só elas, como também o registro diferenciado dos fatos pela própria população, precisa chegar e/ou continuar sendo aplicado em todas as esferas telejornalísticas, sob pena de, se não aplicadas, o telejornal perder apelo e significado popular. Afinal de contas, se o povo consegue agora registrar e divulgar material telejornalístico na internet, ele precisa também se enxergar na televisão, pois caso contrário, deixará de pertencer à realidade ali apresentada. As consequências futuras observadas podem vir a ser estabelecidos com perdas de audiência na faixa de horário, uma vez que:

A televisão tanto aposta e cuida de criar referências que tenham ampla repercussão, quanto não pode se eximir de pautar-se por aquilo que, supostamente, suscita amplo interesse (ela cria uma pauta, mas também se submete à pauta da vida cotidiana). Ela está presa nesta malha, digamos assim: a busca da audiência é mais que um imperativo de sua lógica comercial; é também algo que realiza sua ‘natureza’, sua condição de estar potencialmente em todos os lugares (FRANÇA, 2006, p. 23).

O “não-lugar” no *ao vivo* do BDRN

Outro ponto importante a ser analisado é a utilização de espaços neutros nas entradas *ao vivo*. Durante o recorte de edições analisado por este trabalho, houve

⁵ “As imagens da retomada das ruas em 2013, manifestações e mais manifestações por todo o país: contra a corrupção, contra o aumento nas passagens de ônibus, contra as graves deficiências na saúde, na educação, na segurança, enfim contra tanta coisa (Coutinho, Pereira Jr., Porcello, 2013, p.16).”



algumas vezes em que repórter e entrevistado são colocados em não-locais, ou seja, eles estão em qualquer lugar ao mesmo tempo que não estão em canto algum, o que não acrescenta nada na “transmissão direta”. Um exemplo é a edição do dia 19 de março de 2014, em que, após a exibição de uma reportagem feita por uma equipe da sucursal no interior do estado, sobre o roubo de animais num assentamento rural do município de Apodi, o apresentador dá espaço para que uma repórter entre *ao vivo* e o assunto continue sendo abordado. O que o público vê, a partir daí, é o cenário de rua movimentada com ônibus e carros passando ao fundo, enquanto a repórter passa a entrevistar o Comandante do Policiamento do Interior do estado em Natal, capital do RN. Mais um exemplo está na edição do dia 18 de março de 2014, quando um repórter faz uma transmissão *ao vivo* com entrevistado para falar dos cursos oferecidos pelo IFRN. Não se pode definir que lugar é aquele, em que compõem o cenário uma rua sem movimentação e uma árvore ao fundo.

Não há, nesses casos, relação estabelecida para que os personagens daquela cena telejornalística estejam enquadrados naquele cenário. Por este fenômeno de não-lugar, o público pode, ao contrário do pretendido, perder a sensação de realidade buscada com o uso da “transmissão direta”, ou ainda o telejornal pode deixar de provocar a construção de sentido de proximidade temporal daquele tema, ponto já estabelecido neste trabalho.

Colabora para a construção desse efeito de continuidade temporal a inserção do repórter, no ato da enunciação, no mesmo espaço ao qual se refere no conteúdo enunciado (espaço da enunciação = espaço do conteúdo enunciado). A adoção dessa estratégia de construção de uma continuidade espaço-temporal resulta, por fim, em um efeito de maior proximidade entre o conteúdo enunciado e o próprio ato de enunciação por meio do qual se diminui a distância entre o fato jornalístico e sua divulgação pelo telejornal (FECHINE, 2006, p.3).

Uma vez que o telespectador sabe que determinado repórter está entrevistando determinado personagem em um lugar ligado ao assunto tratado na transmissão direta, e isso acontece no tempo “agora” do telejornal, ele pode estabelecer a sensação de que poderia estar também naquele local, como retrato da realidade social. Um exemplo banal dessa constatação é a participação dos telespectadores em alguns *ao vivos* com celulares no ouvido e acenando para a câmera, dando a entender que sabe que está enquadrado naquele recorte de realidade e também pode pertencer ao momento noticioso da televisão. Porém, se a entrevista acontece no não-lugar estabelecido aqui, em que o telespectador não faz ligação com a realidade do assunto ou do entrevistado, o inverso pode ocorrer. O público se distancia e não consegue ligar a notícia com o real.

Ou, na análise de Cabral (2012), que não concorda com a simulação do real no telejornalismo, perde-se a verossimilhança na re-construção pelo público da realidade feita pelos jornalistas:

O telespectador convive com lugares, espaços e tempos que nem sempre são reais, verdadeiros (com uma analogia perfeita), mas são sempre verossímeis. Entretanto, o referente da notícia, os fatos do cotidiano, não podem ser falseados em nenhum momento para que os rastros do real sejam reconhecidos pelos telespectadores, seja por experiência anterior ou pela própria correlação ou inferência. (CABRAL, 2012, p. 148).

Ou seja, falsear um cenário para que o público relacione o conteúdo com o espaço, pode ocorrer dentro do real-verosímil na televisão. Porém, inserir os personagens em locais inverossímeis faz com que o telespectador perca qualquer indício, ou “rastros” do real.

O problema tende a ser explicado pelo aspecto também observado no próximo tópico deste trabalho: o barateamento das rotinas de produção de composição do jornal, a partir do *ao vivo*. Podemos classificar esse uso do “não-lugar” como uma “estranheza”, apontada por França (2006) na constatação de um ritmo acelerado imposto pela televisão:

O volume e diversidade de produtos, por sua vez, bem como o ritmo da produção, estabelecem um fluxo desenfreado e uma extrema fragmentação da oferta; a pressão do tempo, a necessidade de encher a grade tanto ocasionam a repetição de moldes e de um padrão dominante (racionalização da produção), quanto possibilitam a inclusão de ‘estranhezas’, ou ‘qualquer coisa’. O filtro da produção (da emissora ou do proprietário) não tem como funcionar de forma absoluta (FRANÇA, 2006, p. 22).

O *ao vivo* como recurso de barateamento na produção do BDRN

A produção de um telejornal envolve um grande número de profissionais que pensam os processos de planejamento, apuração, escrita, gravação, edição e finalização dos conteúdos que irão ao ar. Da ideia, até estar pronta para ser veiculada, a reportagem passou por um processo demorado e que requer custos nas rotinas de produção.

O trabalho em televisão lembra o das linhas de montagem das fábricas, em que cada operário é responsável por uma etapa da produção. (...) Antes de um repórter sair para uma externa, a produção checa a relevância do tema, os dados, os fatos e as fontes a fim de justificar a reportagem. Deslocar uma equipe custa caro e se a pauta ‘não render’, não se sustentar, o editor-chefe corre o risco de ficar com um buraco no jornal na hora do fechamento (BISTANE; BACELLAR, 2006, p. 51).

A partir de uma análise rápida, pode-se contar no processo de feitura de uma reportagem na realidade da afiliada aqui analisada, o trabalho do produtor, o repórter e o



cinigrafista que vão para a rua, o editor de texto e o de imagens que finalizam o processo. Em alguns casos infrequentes, é utilizado ainda o editor de artes, que pode contribuir na finalização da reportagem. No caso do “Bom Dia RN”, esses profissionais trabalham em reportagens que ocupam em média, depois de finalizadas, entre dois e três minutos de duração.

É importante destacar que na redação esses profissionais não atuam de forma única e separadamente no processo de construção da reportagem. Ao contrário, eles estão sempre engrenados, de forma que um produtor pode trabalhar numa matéria e passá-la ao repórter, sem conseguir, em alguns casos, passar a produzir outra reportagem como numa linha de produção, já que o repórter pode precisar da ajuda do produtor outras vezes dentro da construção de uma única matéria.

“O telejornalismo é resultado de um trabalho fragmentado, com diferentes profissionais atuando de forma paralela e/ou em conjunto, quase sempre em ritmo de produção acelerado (TEMER, 2010, p. 111)”.

Há, portanto, um custo de produção e de pessoal alto para que no final, dentro do universo de um telejornal com mais de uma hora de duração, o material de reportagem ocupe dois ou três minutos.

A partir da análise das edições dentro do recorte temporal aqui utilizado, foi possível constatar o uso do *ao vivo* como elemento (barato) de ocupação no tempo veiculado do “Bom Dia RN”. Ora, o recurso do *ao vivo* ocupa menos profissionais no processo de feitura se comparado a uma reportagem e garante mais tempo de produção no ar. No *ao vivo*, não são ocupados *a priori*, dois ou três profissionais na redação, os editores de imagens e de texto, e em alguns casos, o editor de arte. Além disso, as entradas *ao vivo* chegaram a ocupar, nas análises feitas, quase oito minutos (na edição do dia 17 de março de 2014, a entrevista com o superintendente da CBTU durou 7 minutos e 45 segundos).

Enquanto que um único *ao vivo* ocupa quase 8 minutos no ar, uma matéria ocuparia em média, 2 minutos e meio. Ou seja, o trabalho de mais profissionais, um tempo maior dedicado à apuração, checagem, escrita, edição e finalização precisaria ser pouco mais de três vezes maior para se igualar com o tempo ocupante pelo *ao vivo*.

É preciso deixar claro que o barateamento na produção do telejornal com o *ao vivo* não é analisado aqui com o rigor de planilhas e números que podem estar à disposição dos gestores da emissora em questão. Até porque o equipamento necessário para garantir a transmissão *ao vivo* de locais, que não são o perímetro dentro da



emissora, tem certamente um custo elevado de compra e também de manutenção. A intenção deste trabalho é discutir como o recurso do *ao vivo* pode representar menos custos nas rotinas de produção jornalísticas, uma vez que se utiliza de menos mão de obra, em detrimento das reportagens produzidas, gravadas e editadas (por vezes pós-editadas), na redação.

Mais um ponto tido como definidor da escolha do *ao vivo* por representar menos custos nas rotinas de produção é o fato de que numa mesma edição do BDRN, um repórter faz geralmente mais de uma entrada com transmissão direta. Ao passo que, em mais de uma hora na qual o telejornal está no ar, o repórter pode ocupar por duas vezes espaços de tempo que não seriam conseguidos com duas reportagens gravadas. Ele não conseguiria fazer, nesse mesmo tempo de uma hora, metade de uma gravação que depois iria compor uma reportagem gravada. Depois, esse tempo de construção para o produto telejornalístico ir ao ar ainda demandaria a volta à redação para posterior revisão do texto pelo editor de texto e montagem e edição do material gravado pelo editor de imagens.

Outro mecanismo que garante conforto na utilização do *ao vivo* é a elasticidade temporal que ele assume dentro do espelho⁶ do telejornal. Se faltarem reportagens em determinado dia, as entradas *ao vivo* podem ser esticadas para ocupar mais tempo; a medida que, se há muito material gravado para ser exibido, a entrada pode ser diminuída naquela edição. Por este motivo, há diferenças significativas entre o tempo dado ao *ao vivo* entre uma edição e outra na análise feita. Enquanto uns duram menos de 2 minutos, outros chegam a quase oito.

REFERÊNCIAS

BISTANE, Luciana; BACELLAR, Luciane. **Jornalismo de TV**. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2006.

BITTENCOURT, Luís Carlos. **Manual de Telejornalismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1993.

COUTINHO, Iluska Maria da Silva. Telejornalismo e Público; Sobre vínculos com o cidadão, convertido em audiência. In: COUTINHO, Iluska; PEREIRA JR., Alfredo Vizeu; PORCELLO, Flávio (orgs). **O Brasil (é)ditado**. Coleção Jornalismo Audiovisual. Florianópolis: Insular, 2012.

⁶ “Previsão do que será o jornal, com a ordem de entrada das matérias e o tempo estipulado para cada uma delas. Ajuda a equipe a visualizar o conjunto da obra e o editor-chefe a não estourar o tempo previsto para o jornal (BISTANE; BACELLAR, 2006, p. 133).”



COUTINHO, Iluska; PEREIRA JR., Alfredo Vizeu; PORCELLO, Flávio (orgs). **#telejornalismo: nas ruas e nas telas**. Coleção Jornalismo Audiovisual. V.2. Florianópolis: Insular, 2013.

FECHINE, Yvana, **Tendências, usos e efeitos da transmissão direta no telejornal**, 2006. <http://www4.pucsp.br/cps/pt-br/arquivo/Biblio-Yvana3.pdf> acessado em 04/04/2015.

FRANÇA, Vera. A TV: a janela e a rua. In: FRANÇA, Vera (org.). **Narrativas televisivas: programas populares da TV**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MATA, Jhonatan Alves Pereira. Telejornalismo e participação popular; modos de inserção da população na narrativa audiovisual. In: COUTINHO, Iluska; PEREIRA JR., Alfredo Vizeu; PORCELLO, Flávio (orgs). **O Brasil (é)ditado**. Coleção Jornalismo Audiovisual. Florianópolis: Insular, 2012.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. 7ª edição. São Paulo: Contexto, 2008.

NOGUEIRA, Armando. Telejornalismo I - a experiência da Rede Globo. In: MACEDO, Cláudia; FALCÃO, Angela; ALMEIDA, Cândido José Mendes de. (org.). **TV ao vivo depoimentos**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PATERNOSTRO, Vera Íris. **O texto na TV: manual de telejornalismo**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

PENA, Felipe. **Teorias do Jornalismo**. Rio de Janeiro: Editora Contexto, 2005.

PEREIRA JÚNIOR, Alfredo Vizeu. **Decidindo o que é notícia: os bastidores do telejornalismo**. 3. ed. Porto alegre: Edipucrs, 2003

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa. A mistura dos gêneros e o futuro do telejornal. In: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (orgs.) **60 anos de telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica**. Florianópolis: Insular, 2010

TRAQUINA, Nelson. **A tribo jornalística: uma comunidade transnacional**. Lisboa: Editorial Notícias, 2004.